



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO 4174 /2013**

**INQUÉRITO POLICIAL 0003049.22.2012.403.6107 (IPL 16-044/2011)**

**ORIGEM: 1ª VARA FEDERAL DE ARAÇATUBA-SP**

**PROCURADOR OFICIANTE: PAULO DE TARSO GARCIA ASTOLPHI**

**RELATOR: CARLOS ALBERTO CARVALHO DE VILHENA COELHO**

**INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI 8.137/90, ART. 1º, I E II). MPF: OCORRÊNCIA DE FATO TÍPICO PREVISTO NO ART. 2º, II, DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL. OFERTA DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL. LEI 9.099/95, ART. 76, § 2º. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28). HIPÓTESE DE SUPRESSÃO OU REDUÇÃO DE TRIBUTO. DELITO FISCAL A QUE ALUDE O ART. 1º. INVIABILIDADE DO BENEFÍCIO DA TRANSAÇÃO PENAL. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL.**

1. Inquérito policial instaurado para apurar a prática, em tese, dos crimes descritos nos artigos 1º, incisos I e II, e no artigo 2º, inciso I, da Lei 8.137/90.
2. O Procurador da República oficiante entendeu que a conduta descrita nos autos enquadra-se exclusivamente no artigo 2º, inciso II, da Lei 8.137/90, apresentando proposta de transação penal, na forma do artigo 76, § 2º, da Lei 9.099/95.
3. Discordância do Magistrado por considerar que os fatos se enquadram no artigo 1º da Lei 8.137/90.
4. A conduta investigada se amolda ao tipo penal previsto no artigo 1º da Lei 8.137/90, uma vez que o contribuinte, em tese, suprimiu ou reduziu tributo, mediante declaração falsa à Receita Federal.
5. O delito fiscal aqui tratado é considerado crime material pela doutrina e jurisprudência, consumando-se com o advento de uma inovação no plano do mundo natural, ou seja, quando ocorre um dano concreto ao erário público, com a efetiva supressão ou redução do tributo. Logo, ele somente se configura com o lançamento definitivo do débito tributário – o que aconteceu.
6. Tendo em vista que a pena máxima aplicável ao delito do artigo 1º é de 5 (cinco) anos de reclusão, afigura-se inviável a proposta de transação penal em favor do investigado.
7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de crime contra a ordem tributária (Lei 8.137/90, artigo 1º, incisos I e II), praticado, em tese, por EDVALDO PANTAROTO, responsável pela empresa PANTAROTO & SANTOS ARAÇATUBA LTDA.

Consta dos autos que o contribuinte investigado, ao apresentar declarações para fins de apuração do imposto de renda e de contribuições sociais, omitiu à autoridade fazendária receitas da pessoa jurídica referentes aos anos 2005 a 2007.

O Procurador da República oficiante formulou proposta de transação penal em favor do investigado, aduzindo, em síntese, que “*o presente inquérito apura fato típico apenas no art. 2º, II, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, cuja pena máxima é de dois anos de detenção, afora multa*”, sujeitando-se o infrator à aplicação imediata de pena restritiva de direito ou de multa, tendo em vista que não registra antecedentes criminais (f. 235/240).

O Juízo da 1ª Vara Federal de Araçatuba/SP, todavia, indeferiu pleito ministerial por entender que “o simples fato de haver débito inscrito em dívida ativa da União (fls. 231/233) pressupõe indício de supressão ou redução de tributo ou contribuição social, ou seja, a possível ocorrência do crime fiscal a que alude o artigo 1.º da Lei n.º 8.137/90” e, ainda, que “a pena máxima cominada às condutas elencadas no art. 1º (e incisos) da Lei nº 8.137/90 é de 05 (cinco) anos de reclusão, restando, 'in casu', inaplicável o art. 61 da Lei nº 9.099/95 (com a redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)” (f. 242/243).

Firmado o dissenso, os autos aportaram nesta 2ª CCR/MPF (CPP, artigo 28).

Sucintamente, é o relatório.

Com o devido respeito a eventual entendimento em sentido contrário, em especial ao Procurador da República oficiante, penso que assiste razão à Magistrada.

A divergência firmada entre os membros do Ministério Público Federal e da Magistratura Federal diz respeito à classificação dos fatos, ou seja, se os fatos objeto dos autos configurariam, em tese, o crime do artigo 1º, incisos I e II, ou o crime do artigo 2º, inciso I, ambos da Lei 8.137/90. Confira-se o que diz cada um desses dispositivos:

Art. 1º. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I – omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II – fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

(...)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 2º. Constitui crime da mesma natureza:

I – fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

(...)

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

No caso em apreço, tenho que a conduta investigada se amolda ao tipo penal previsto no artigo 1º da Lei 8.137/90, uma vez que o contribuinte, em tese, suprimiu ou reduziu tributo, mediante declaração falsa à Receita Federal. O delito fiscal aqui tratado é considerado crime material pela doutrina e jurisprudência, consumando-se com o advento de uma inovação no plano do mundo natural, ou seja, quando ocorre um dano concreto ao erário público, com a efetiva supressão ou redução do tributo. Logo, ele somente se configura com o lançamento definitivo do débito tributário – o que aconteceu.

De outra plana, o contribuinte, efetivamente, atinge seu objetivo, eximindo-se, total ou parcialmente, do pagamento do tributo, mediante a omissão ou a prestação de informações falsas ao fisco.

A situação descrita nos autos diferencia-se, pois, daquela prevista no artigo 2º da Lei 8.137/90, classificada como crime formal, ou seja, que independe do advento de um resultado naturalístico para sua consumação, na qual se pune a omissão ou a declaração falsa efetuada com o fim de eximir-se total ou parcialmente do pagamento do tributo, mesmo que o dano ao fisco não tenha ocorrido.

Aliás, sobre o tema, leciona Guilherme de Souza Nucci (*in* “Leis penais e processuais comentadas”, 3ª edição, São Paulo, Revista dos

Tribunais, 2008): “(...) no caso do inciso I do art. 1º, a omissão de informação ou a prestação de declaração falsa ao fisco leva à efetiva supressão ou redução do tributo, constituindo, pois, crime material, logo, mais grave (a pena é de reclusão, de dois a cinco anos e multa). Neste caso, não admite qualquer benefício previsto na Lei 9.099/95, vale dizer, nem transação, nem suspensão condicional do processo”.

Nesse contexto, após uma análise atenta dos documentos constantes dos autos, verificada a inscrição do débito tributário na dívida ativa da União (f. 31), tem-se que os fatos narrados se enquadram na prática do crime fiscal a que se refere o artigo 1º, inciso I, da Lei 8.137/90. Isso porque, ao prestar declaração falsa às autoridades fazendárias, o contribuinte investigado logrou excluir parcialmente o imposto de renda da pessoa jurídica, o que evidencia o resultado exigido pela norma do inciso I do artigo 1º (“suprimir ou reduzir tributo”) da lei em comento.

De consequência, tendo em vista que a pena máxima aplicável ao delito do artigo 1º é de 5 (cinco) anos de reclusão, afigura-se inviável a proposta de transação penal em favor do investigado.

Em face do exposto, voto pela **rejeição** da proposta de transação penal e pela **designação** de outro Procurador da República para prosseguir no feito.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem, com nossas homenagens.

Brasília-DF, 10 de junho de 2013.

**Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho**  
Procurador Regional da República  
Suplente – 2ª CCR/MPF

/GN